

ANC 88
Pasta 03-05/85
068/1985

JORNAL DO BRASIL
**Desburocratização para
cartilha para explicar
Constituinte ao povo** 7 MAI 1985

Depois de visitar a Fundação Getúlio Vargas, no Rio, o Ministro Extraordinário da Desburocratização, Paulo Lustosa, anunciou para dentro de três meses o lançamento da Cartilha da Constituinte, para popularizar o assunto. Embora afirmasse enfaticamente que "a sociedade brasileira, marginalizada nos últimos 21 anos, está ansiosa para influir no Governo", o Ministro disse que é contra eleição direta para Presidente da República em 1986.

— Seria o esfacelamento da Aliança Democrática, que restabeleceu o poder civil no país. A instabilidade política provocaria o reagrupamento das forças golpistas derrotadas no Colégio Eleitoral — advertiu Paulo Lustosa, que no ano passado participou da campanha pelas diretas, já.

A Fundação Getúlio Vargas talvez ajude a fazer a Cartilha da Constituinte, porque tem um Instituto de Ciências Políticas, presidido pelo jurista Affonso Arinos, que deverá comandar a comissão que vai preparar um esboço da nova Constituição. Ontem, porém, ficou acertado que, por enquanto, a FGV ajudará em três temas: descentralização e municipalização, desburocratização e desestatização.

Depois do encontro com o presidente da FGV, Luiz Simões Lopes, e alguns diretores da fundação, o Ministro Paulo Lustosa afirmou, em entrevista, que seu Ministério se preocupa com o divórcio entre Governo e povo, pois há até "um certo antagonismo entre eles". Defendeu o completo exercício da cidadania, com o Estado realmente a serviço da sociedade, e não o contrário. Mas Paulo Lustosa vê grandes perigos numa eleição presidencial em 86.

Desviaria a atenção do Governo dos graves problemas que estamos enfrentando. Tudo seria absorvido pela voragem da campanha, pelo personalismo dos candidatos. Permitiria a articulação de um novo populismo, expresso pelo Governador Leonel Brizola.

O Ministro Paulo Lustosa negou que sua posição seja incoerente com a participação na campanha pelas diretas.

— Não defendíamos a redução do mandato do Presidente, que só pode ser feita, de preferência, por uma Constituinte. Em princípio sou a favor da direta para Presidente, mas 86 é muito cedo. Precisamos preservar o patrimônio obtido com o restabelecimento do poder civil e dar tempo ao Presidente Sarney.